

ATA NÚMERO 146/XII/2ª SL

24.julho.2013 – 10h30

Aos 24 dias do mês de julho de 2013, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 03, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Comunicações do Presidente

3. Audição por requerimento do Grupo Parlamentar do BE, do Reitor da Universidade dos Açores – Professor Doutor Jorge Medeiros – 10h30 – por videoconferência

4. Audiência ao Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital – 12h00

5. Relatório de atividades da Relatora/Ciência e plano de atividades para a 3.ª Sessão Legislativa.

- **Análise e votação**

6. Outros assuntos

7. Data da próxima reunião

Setembro.2013

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Comunicações do Presidente

O Sr. Presidente informou que recebeu uma comunicação do Ex-Secretário de Estado da Cultura, Dr.º Francisco José Viegas, que solicita uma audiência, na Comissão, com carácter de urgência, para prestar esclarecimentos sobre o processo de venda da obra de Crivelli.

O Sr. Deputado Pedro Lynce (PSD) referiu que a inviabilização do requerimento do PS, no dia anterior, se deveu ao facto de se entender que poderia ser mais oportuna a realização da audição após a conclusão do inquérito.

O Sr. Presidente propôs o agendamento da audiência para o dia 30 de julho, às 11h00, sendo que esta data será confirmada depois de conhecida a agenda do Plenário para esse dia.

3. Audição por requerimento do Grupo Parlamentar do BE, do Reitor da Universidade dos Açores – Professor Doutor Jorge Medeiros – 10h30 – por videoconferência

A audição foi realizada por videoconferência. Da Universidade dos Açores estiveram presentes, para além do Sr. Reitor, Professor Doutor Jorge Manuel Rosa de Medeiros, o Vice-Reitor para a Área Administrativa, Doutor José António Cabral Vieira, e a Vice-Reitora para a Área Académica, Doutora Rosa Maria Baptista Goulart.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o requerimento, chamando a atenção para a importância da Universidade dos Açores, do ponto de vista regional e nacional, e para as graves dificuldades que atravessa, no atual momento, para as quais muito contribui o número de alunos que, por razões óbvias, é reduzido.

O Sr. Reitor agradeceu a oportunidade concedida pela Comissão e começou por fazer uma breve caracterização da Universidade dos Açores, constituída há 37 anos e que conta com 3 pólos, nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial. Referiu-se, de seguida, à situação financeira em que se encontra a Universidade, que considerou grave e preocupante, resultante, essencialmente, da redução do financiamento, do aumento dos encargos para a Caixa Geral de Aposentações e da reposição de subsídios.

Afirmou que a Universidade não dispõe de recursos financeiros para fazer face às despesas, cifrando-se o défice mensal na ordem dos 200.000 €, e sublinhou a dificuldade de conseguir receitas próprias, dada a sua especificidade, que não permite o aumento do número de alunos. Esclareceu ainda que o subfinanciamento ronda os 1,75M €.

Fez ainda alusão a algumas medidas levadas a cabo pela Universidade, para fazer face às dificuldades com que se debate, como por exemplo, redução na contratação de docentes convidados, extinção do ensino à distância, redução dos contratos de vigilância, manutenção, comunicações, entre outras.

A Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD) disse reconhecer a importância da Universidade dos Açores e o esforço da atual equipa para ultrapassar as dificuldades decorrentes da grave situação financeira. Referiu-se à abertura demonstrada pelo Governo, para tratar esta Universidade e a da Madeira como casos especiais, e perguntou se o Governo Regional tem mostrado empenho em apoiar esta instituição.

O Sr. Deputado Carlos Enes (PS) referiu-se aos compromissos assumidos pelo Governo, para resolver a difícil situação da instituição, e questionou a equipa reitoral sobre os resultados dos protocolos celebrados com universidades do continente, no sentido da diversificação da oferta de cursos, tendo em vista a captação de novos alunos.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) afirmou que o défice de financiamento preocupa o CDS-PP, pese embora a Universidade dos Açores não seja caso único. Referiu-se ainda às especificidades da Universidade, considerando que deverá existir uma vontade conjunta e um entendimento entre o Governo português e as autoridades regionais, no que concerne à assunção de responsabilidades.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) referiu-se aos cortes sucessivos que têm sofrido as instituições de ensino superior, desde 2009, e que ameaçam o seu normal funcionamento, fazendo alusão ao caso concreto da Universidade dos Açores, que perdeu cerca de 4M € entre 2010 e 2013, o que corresponde a cerca de 1/3 do seu financiamento. Perguntou ainda se a

Universidade já recebeu a reposição total de verbas para a Caixa Geral de Aposentações, anunciada pelo Ministro da Educação e Ciência.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) considerou que esta situação representa um retrocesso de décadas e questionou sobre o que tem de ser feito no imediato e qual o montante indispensável para que a Universidade continue a funcionar.

O Sr. Reitor referiu-se ao investimento que o Governo Regional tem efetuado na Universidade dos Açores e deu ainda conta das várias diligências que tem tomado junto do Governo, no sentido de o sensibilizar para as dificuldades de funcionamento. Defendeu ainda que as universidades deverão dispor de um *plafond* fixo para funcionamento, o que não se tem verificado na repartição do financiamento pelas diversas instituições. Reafirmou que a Universidade tem especificidades próprias, que devem ser tidas em conta, sendo que tem um défice de 2.000 alunos, que permitiriam equilibrar o orçamento. Por último, reiterou a necessidade de um reforço urgente de financiamento, que permita à Universidade ultrapassar as suas graves dificuldade financeiras.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

4. Audiência ao Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital – 12h00

A delegação era constituída pelo Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, Dr. José Carlos Alexandrino e pelo Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, Doutor Carlos Veiga.

O Presidente da Câmara informou que a [Escola Superior de Oliveira do Hospital](#) foi criada dentro do Instituto Politécnico de Coimbra e com a mesma importância das restantes escolas do Instituto e realçou que a mesma tem uma relevância estratégica para a região. Acrescentou que foram recentemente informados de que a Licenciatura em Administração e Marketing, que é o curso que mais alunos tem trazido à Escola, foi extinta na Escola, passando as sua vagas para o [Instituto Politécnico](#), para a Licenciatura de [Marketing e Negócios Internacionais](#).

Indicou que a Licenciatura em Administração e Marketing tem ligação e professores comuns com a Licenciatura em Administração e Finanças, prevendo-se que a extinção da 1.ª leve à extinção da 2.ª. Referiu ainda que o Instituto Politécnico está a “roubar” cursos à Escola Superior de Oliveira do Hospital e que há uma estratégia de esvaziamento, com redução do número anual de alunos, que poderá levar ao encerramento da mesma.

Informou ainda que a autarquia dá apoio aos alunos e que nenhum fica sem estudar por falta de meios económicos. Por último, pediu ajuda junto do Secretário de Estado do Ensino Superior e da Direção Geral do Ensino Superior para que o curso não seja extinto. Informou também que o Instituto Politécnico de Coimbra pediu o regime de exceção para 3 cursos, incluindo a extinção do curso na Escola Superior de Oliveira do Hospital e o reforço de vagas em Coimbra.

Nesta sequência, o Presidente da Comissão questionou se a responsabilidade é do Instituto Politécnico de Coimbra ou do Governo.

O Presidente da Escola Superior de Oliveira do Hospital informou que é da responsabilidade do Instituto Politécnico definir as vagas, sob proposta do Conselho de Gestão, com consulta ao Conselho Consultivo e que estes votaram a favor da manutenção do curso, tendo posteriormente sido decidido fechá-lo e abrir um curso novo, de Licenciatura em Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território.

Reiterou que o Presidente do Instituto Politécnico alterou, posteriormente, a decisão de manutenção do curso, ao abrigo de competência própria, mas que carece de fundamentação, tendo já solicitado esta e não a tendo recebido. Indicou também que a Direção Geral do Ensino Superior tem de aprovar as vagas. Defendeu ainda que a descontinuidade do curso de engenharia civil, decidida pelo Instituto Politécnico com o fundamento de que se verificava duplicação, tendo-o concentrado em Coimbra, pôs em causa a sustentabilidade da Escola Superior de Oliveira do Hospital. Por último, realçou que a Licenciatura em Administração e Marketing, inclui disciplinas que também são utilizadas noutras licenciaturas e que satisfaz necessidades do setor empresarial da região, tendo salientado que neste caso já terá sido utilizado outro critério, que não o da duplicação de cursos.

O deputado José Manuel Canavarro (PSD) referiu a diminuição do número de alunos que têm vindo a ser matriculados nos últimos anos, defendeu que os problemas registados são mais da responsabilidade do Instituto Politécnico do que da tutela e considerou que o novo curso pode, eventualmente, abrir novas possibilidades. Reconhecendo que a Escola é importante para a região, propôs apresentar um requerimento da autoria do PSD e do CDS-PP, para se ouvir o Presidente do Instituto Politécnico.

O deputado Mário Ruivo (PS) saudou o Presidente da Câmara pela defesa constante da sua região e salientou que o Presidente do Instituto Politécnico tem utilizado muito a argumentação da não duplicação de cursos, mas neste caso alterou os fundamentos utilizados. Indicou que a responsabilidade é do Instituto Politécnico, mas também da tutela, em relação ao financiamento do ensino superior.

Salientou ainda que o Instituto está a promover um curso a nível de energia, tendo proposto que se aprove um Projeto de Resolução a recomendar ao Governo que crie o curso na Escola Superior de Oliveira do Hospital.

O deputado José Manuel Canavarro (PSD) indicou que os cursos são acreditados por uma entidade independente e não aprovados pela tutela.

O deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) referiu que se verifica um privilégio para o litoral, nomeadamente para a Figueira da Foz, em contraposição ao interior. Realçou que a Escola é fundamental para o desenvolvimento da região e questionou se a responsabilidade é do Instituto Politécnico de Coimbra ou da tutela. Pediu ainda os documentos comprovativos da situação, para a audição com o Presidente do Instituto.

A deputada Rita Rato (PCP) referiu os antecedentes da situação, nomeadamente a audição do Presidente do Instituto em setembro de 2011 sobre a intenção de encerramento da Escola de Oliveira do Hospital, que nessa data não vingou, tendo a Escola mantido o seu funcionamento. Assim, para além da questão da extinção do curso de Licenciatura em Administração e Marketing, entende que se deve equacionar a valorização e a existência da Escola.

Salientou depois que o Orçamento do Estado incluiu um corte significativo para os politécnicos e indicou que o número de inscrições de acesso ao ensino superior diminuiu drasticamente e que há mais custos para as famílias, havendo necessidade de repensar o financiamento do ensino superior. Por último, defendeu que está em causa mais do que um curso, mas antes a sobrevivência da Escola.

O Presidente da Comissão questionou se a decisão ainda é reversível para o próximo ano letivo.

Em resposta às questões colocadas, o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital referiu que a Escola em causa é mais barata do que as restantes do Instituto, porque a autarquia paga as instalações. Informou que têm um espaço e um projeto para a Escola, mas precisam de saber qual o futuro que se prevê para a mesma. Assim, reiterou o pedido de ajuda à tutela, ao Secretário de Estado do Ensino Superior.

O Presidente da Escola informou que a mesma tem um orçamento com 95% dos custos em salários, sendo o resto pago pela Câmara. Salientou que a área industrial de Oliveira do Hospital, nomeadamente a área da energia, exige mais profissionais de marketing, pelo que o curso em causa era essencial. Por último, defendeu que o Instituto Politécnico deve ser visto pela tutela como um instituto do litoral que tem uma escola no interior.

O deputado José Manuel Canavarro (PSD) informou que em 2011 o PSD e o CDS-PP solicitaram a manutenção da Escola e que o PSD está disponível neste momento para subscrever um Projeto de Resolução. Indicou ainda que este ano entende que já não poderá haver reversão da situação, mas que podem trabalhar na matéria para o próximo ano.

Por fim, o Presidente da Comissão indicou que se considera aprovada pelos deputados presentes a audição do Presidente do Instituto Politécnico, pelo que se vão desenvolver contactos para a mesma ter lugar na 3.ª feira seguinte, dia 30 de julho, às 10h.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#)

5. Relatório de atividades da Relatora/Ciência e plano de atividades para a 3.ª Sessão Legislativa.

A deputada Elza Pais (PS), relatora da Ciência, fez a apresentação do relatório de atividades da 2.ª Sessão, sintetizando as atividades desenvolvidas e do plano de atividades para a 3.ª Sessão, com a proposta que faz. Salientou, no âmbito da conclusão, a angariação de fundos, a integração do seu retorno, os cortes, a ausência de gestão flexível, a necessidade de rejuvenescimento dos investigadores, o desfasamento dos investigadores face à realidade europeia e a necessidade de manter os procedimentos concursais internacionais.

O deputado Miguel Tiago (PCP) indicou que não partilham da consideração de que até à XII Legislatura havia uma aposta na Ciência, entendendo que há uma sequência de política, que agora afeta também os Laboratórios Associados. Informou ainda que votará favoravelmente o relatório, embora haja matérias com que não concorda, pelo que remeterá uma declaração de

voto, para ser anexada ao relatório. Concretizou que na mesma, em síntese, manifestará discordância dos orçamentos de base competitiva, indicará que entende que o investimento público nunca atingiu as percentagens do PIB que o anterior Governo referia e que falta estabilidade aos investigadores, que se mantêm numa situação de precaridade laboral

A deputada Maria José Castelo Branco (PSD) agradeceu o trabalho desenvolvido, realçou o elevado ritmo da relatora e indicou que o relatório é fiel e factual, pelo que o PSD votará a favor.

O relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos deputados do BE e do PEV. O Presidente da Comissão elogiou o dinamismo da relatora e bem assim a participação dos deputados nas várias atividades e indicou que a declaração de voto do PCP será anexada ao relatório.

A deputada Elza Pais (PS) indicou que as questões colocadas pelo deputado do PCP poderão ser integradas no plano de atividades para a 3.^a Sessão, nomeadamente as questões orçamentais e do vínculo.

6. Outros assuntos

O deputado Miguel Tiago (PCP) suscitou a questão de se verificar uma dificuldade dos procedimentos processuais no âmbito dos pedidos de bolsas de investigação científica e a não disponibilização do valor em causa, tendo indicado que requerem uma reunião com o Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para clarificação da matéria, tendo questionado a hipótese de se apreciar já esta matéria, visando a hipótese de a audição ainda se concretizar antes do final de julho, caso seja aprovada.

Tendo os deputados do PSD e do CDS-PP discordado da apreciação desta matéria na reunião, o PCP informou que vai apresentar um requerimento escrito, para apreciação na reunião seguinte.

7. Data da próxima reunião

Setembro.2013

A reunião foi encerrada às 13h20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de julho 2013

O PRESIDENTE



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

(Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Heloísa Apolónia
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Ana Oliveira
Catarina Martins
Elza Pais
Emília Santos
João Serpa Oliva
José Manuel Canavarro
Pedro Lynce
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Duarte Marques
Luís Fazenda
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Medeiros
Pedro Delgado Alves